



ALDA BOTELHO AZEVEDO

como vivem os portugueses

**população e famílias
alojamentos e habitação**

06
10

os portugueses



Largo Monterroio Mascarenhas, n.º 1, 7.º piso
1099-081 Lisboa
Telf: 21 001 58 00
ffms@ffms.pt

director de publicações

António Araújo

coordenação

Susana Norton e Luísa Barbosa

título

Como Vivem os Portugueses — população e famílias, alojamentos e habitação

autora

Alda Botelho Azevedo

design e paginação

Guidesign

Validação de conteúdos e suportes digitais

Regateles Consultoria Lda.

impressão e acabamento

Lidergraf | Sustainable printing

© Fundação Francisco Manuel dos Santos e Alda Botelho Azevedo

Julho de 2020

isbn 978-989-9004-49-8

depósito legal n.º 466 882/20

As opiniões e valores expressos nesta edição são da exclusiva responsabilidade da autora e não vinculam a Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Livro redigido com o Acordo Ortográfico de 1945.

A autorização para reprodução total ou parcial dos conteúdos desta obra deve ser solicitada à autora e ao editor.

Fontes

Pordata

INE — Instituto Nacional de Estatística

BdP — Banco de Portugal

Eurostat — Departamento de Estatística da União Europeia



Alda Botelho Azevedo
como vivem
os portugueses

população e famílias
alojamentos e habitação

Introdução 9

Onde vivem os Portugueses? 15

Quais as condições habitacionais dos Portugueses? 23

Com quem vivem os Portugueses? 35

Quais as condições de vida dos Portugueses? 45

Conclusão 55

Referências 61

Infografias 67

Introdução

Com base em fontes de informação estatística de acesso livre, este livro apresenta uma perspectiva sobre como vive, no século XXI, a população residente em Portugal, doravante apenas os Portugueses, centrada na sua distribuição territorial, nas condições habitacionais, nas interligações entre os percursos individuais, familiares e as trajetórias habitacionais e nos recentes desafios que a habitação levanta às condições de vida dos Portugueses.

Em Portugal, em 2019, estima-se que residam 10 286 263 pessoas em 4 148 057 famílias.

Desde a segunda metade do século XX, as tendências demográficas em Portugal, marcadas pelo aumento da esperança de vida e pela queda da fecundidade, determinaram os actuais processos de envelhecimento e de declínio demográfico, cujo desenvolvimento terá continuidade pelo menos durante as quatro décadas seguintes (Bandeira et al., 2014). Com níveis de intensidade distintos ao longo do tempo, os movimentos migratórios em busca de melhores condições de vida contribuíram para o despovoamento de uma significativa parte do território nacional, criando grandes assimetrias regionais. Em 2018, 44,5% dos Portugueses vivem em áreas predominantemente urbanas, concentrando aí as

suas principais actividades económicas. Assim, emerge a primeira pergunta que orienta este livro:

onde vivem e como se deslocam os Portugueses?

Em Portugal, em 2018, existem 1,4 casas por família e ainda assim, em todo o país, encontram-se famílias em situação de privação habitacional, o que se explica por diferentes razões, designadamente pelo desajustamento entre a distribuição territorial da população e do parque habitacional, pela elevada proporção de residências secundárias e de alojamentos familiares vagos e pela relação entre os preços da habitação e o rendimento familiar. O sistema residencial português, que se enquadra no sistema residencial dos países da Europa do Sul, caracteriza-se por elevadas taxas de ocupação em regime de propriedade, por um mercado de arrendamento privado reduzido, por um parque de habitação social diminuto e pelo importante papel da família na provisão de habitação, através de transferências intergeracionais sob a forma de apoio quer financeiro, quer não-financeiro. Tendo as características do sistema residencial importantes implicações no parque de habitação, a segunda questão a que este livro responde é: **quais as condições habitacionais dos Portugueses?**

Diacronicamente, verificam-se no século XXI duas tendências aparentemente contraditórias: por um lado, a população residente está em declínio; por outro,

assiste-se a um crescimento do número de famílias e de alojamentos familiares. A par das alterações demográficas, estas tendências são consequência e reflectem as mudanças nos padrões de formação, dissolução e composição familiares. No século XXI, os jovens adiam cada vez mais a saída de casa dos pais e quando decidem sair já não é apenas para formar família própria, é também porque decidem viver sós ou partilhar casa com outros jovens. As pessoas têm menos filhos e em idades mais avançadas do que outrora, e aumentaram as separações e as recomposições familiares. Há mais pessoas a viverem sós, sobretudo jovens e idosos. Em resultado, em 2019, a dimensão média familiar é de 2,5 pessoas. Considerando que os percursos dos indivíduos, das famílias e habitacionais se entrecruzam, condicionando-se mutuamente, resulta a terceira questão deste livro: **com quem vivem os Portugueses?**

O início do século XXI ficou marcado pela crise económica global de 2007-2008, que, em Portugal, conduziu ao pedido de resgate ao Fundo Monetário Internacional, à Comissão Europeia e ao Banco Central Europeu, em 2011, e à consequente introdução de medidas de austeridade para reduzir o défice orçamental. No período pós-crise, a economia portuguesa cresce a um ritmo apreciável, o valor médio do rendimento bruto dos agregados e a taxa de desemprego recuperaram para níveis anteriores à crise. Em 2018, a taxa de

pobreza após transferências sociais atingiu um mínimo histórico, 17,2%. Apesar de melhorias das condições materiais, que em larga medida determinam o bem-estar dos Portugueses, os seus efeitos nas diferentes despesas de consumo das famílias não são uniformes. A habitação, e demais custos associados, é uma das despesas de consumo final que mais pesa nos orçamentos das famílias portuguesas e é também a que evidencia mudanças mais significativas nos últimos anos. Por isso, a quarta questão deste livro é: **que desafios levanta a habitação às condições de vida dos Portugueses?**

A resposta a cada uma destas grandes questões assenta na análise dos dados censitários, administrativos e dos indicadores estatísticos disponíveis. A principal fonte de dados é a Pordata, Base de Dados de Portugal Contemporâneo, organizada e desenvolvida pela Fundação Francisco Manuel dos Santos. Quando pertinente, a informação disponibilizada na Pordata é complementada com o recurso a outros dados disponibilizados por fontes de informação estatística oficiais, nomeadamente pelo Instituto Nacional de Estatística, pelo Eurostat e pelo Banco de Portugal.

Do ponto de vista cronológico, este livro centra-se no presente, mais precisamente no século XXI, não obstante, quando necessário, se referirem acontecimentos que tiveram lugar desde a segunda metade do século XX,

quer no enquadramento, quer na problematização dos temas tratados. Do ponto de vista espacial, atendendo a que Portugal é um país de acentuadas assimetrias territoriais, desde que disponíveis e se justifique, os dados são analisados ao nível das regiões, sub-regiões e municípios.

Onde vivem os Portugueses?

As características do espaço físico, nomeadamente a oferta de habitação, as oportunidades de emprego, a rede de transportes, a acessibilidade a equipamentos e serviços influenciam a distribuição e os movimentos da população no território. No sentido de melhor conhecer onde vivem e como se deslocam os Portugueses, em seguida, analisa-se a informação estatística relativa, por um lado, à distribuição da população no território, às migrações internas e ao crescimento da população, e, por outro, à mobilidade territorial e aos movimentos pendulares.

Como se distribuem os Portugueses no território?

Em Portugal, principalmente a partir da segunda metade do século xx, o êxodo rural altera a distribuição territorial da população, criando acentuadas assimetrias regionais. Numa primeira fase, os movimentos migratórios em busca de melhores condições de vida têm por destino os principais centros urbanos em Portugal e alguns países europeus, acabando por se tornar o primeiro impulsionador do actual despovoamento e envelhecimento de grande parte

do território nacional (Bandeira et al., 2014). Numa segunda fase, a urbanização da faixa litoral do território que culmina com a criação das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto em 1991, sem que o interior consiga deter o processo de despovoamento, resulta no aumento das assimetrias na distribuição da população. Numa terceira fase, já no século XXI, nas áreas rurais acentuam-se os processos de envelhecimento e de declínio demográfico, enquanto a distribuição da população consolida a litoralização das áreas urbanas e a bipolarização em torno das áreas metropolitanas (Gomes e Moreira, 2014). Entretanto, em Lisboa e no Porto, o processo da expansão urbana aos municípios vizinhos, isto é, de suburbanização, conduziu ao declínio populacional das cidades de Lisboa e do Porto, que, entretanto, se haviam especializado em actividades económicas do sector terciário (Guimarães et al., 2015).

Em 2018, estima-se que residam 10 286 263 pessoas no país. Quase metade, 44,5%, reside em áreas predominantemente urbanas. Nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, reside 44,5% da população. Lisboa continua a ser o município mais populoso, apesar de estar em declínio continuado, seguindo-se Sintra, Vila Nova de Gaia, Porto e Cascais. De forma geral, os Portugueses concentram-se sobretudo nos municípios da faixa litoral entre Viana do Castelo e Setúbal, em alguns municípios do litoral algarvio. No mesmo ano, os cinco municípios menos populosos são o Corvo, as Lajes das Flores, Barrancos,

Santa Cruz das Flores e Alcoutim. Ilustrando a intensidade do despovoamento, em 45 municípios, a estimativa da população residente é igual ou inferior a 5000 habitantes.

Analisando o crescimento da população entre os Censos 2001 e 2011, verifica-se que 198 dos 308 municípios portugueses perderam população. Em alguns casos, como em Alcoutim, Mourão, Montalegre, Idanha-a-Nova e Mêda, as perdas médias anuais foram muito significativas, entre 18 e 25 habitantes por cada mil. Os municípios com maiores ganhos populacionais foram Santa Cruz, Mafra, Alcochete, Sesimbra e Montijo. Na Área Metropolitana de Lisboa, entre 2001 e 2011, os municípios de Mafra, Alcochete, Sesimbra, Montijo e Cascais têm ganhos médios anuais entre os 35 e os 19 habitantes por cada mil. No mesmo período, as perdas são superiores em Lisboa, em média, anualmente de 3 habitantes por cada mil. Não obstante, também se regista um declínio da população residente na Moita, na Amadora e no Barreiro. Na Área Metropolitana do Porto, entre os Censos 2001 e 2011, o município do Porto perde anualmente, em média, 10 habitantes por cada mil, sendo que Vale de Cambra, Arouca, Espinho, Oliveira de Azeméis, Santo Tirso e Póvoa de Varzim também registam perdas populacionais. O município da Maia é o que regista maiores ganhos anuais médios, 12 habitantes por cada mil. Os municípios de Valongo e Vila do Conde também registam um crescimento populacional anual considerável de, em média, 9 e 7 habitantes por cada mil, respectivamente.

Como se movem e deslocam os Portugueses?

Uma grande parte da população residia em 2011 na mesma casa onde residia em 2009 (88,1%) e em 2005 (75,8%). Entre os 11,9% que residiam em uma outra casa em 2009 e os 24,2% em 2005, a maior parte (8,5% em 2009 e 15,3% em 2005) mudou-se na mesma freguesia ou no mesmo município de residência. Se considerarmos estes casos de mobilidade à escala local situações de mobilidade residencial, os dados sugerem que, no período que antecedeu os Censos 2011, a mobilidade residencial teve pouca expressão. Com efeito, a reduzida mobilidade residencial é um traço comum entre os países da Europa do Sul, que tem sido justificada, por um lado, pela dependência da proximidade geográfica da família alargada na provisão de cuidados informais, sobretudo às crianças e aos mais velhos, e por outro, pelos custos financeiros e fiscais associados a uma mudança residencial, superiores entre os proprietários (Leal, 2004).

De município mudou 2,6% da população em 2009 e 6,7% em 2005. Contudo, a este nível de desagregação geográfica é mais difícil distinguir os casos de migração para municípios geograficamente distantes de situações de mudança residencial entre municípios vizinhos (Gomes et al., 2017). Nestes movimentos migratórios internos, as sub-regiões de maior atracção interna foram o Algarve, o Alentejo Litoral, a Península de

Setúbal, o Oeste, a Lezíria do Tejo e o Pinhal Interior Norte. As sub-regiões de maior repulsão interna foram as situadas no interior das regiões do Alentejo e Centro (Instituto Nacional de Estatística, 2012). Por conseguinte, em virtude dos movimentos migratórios, tanto internos como externos, em Portugal, em 2018, uma grande parte dos Portugueses vive em áreas predominantemente urbanas (44,5%), sendo que 29,4% da população vivem em áreas medianamente urbanas e 26,1%, em áreas predominantemente rurais (Eurostat).

Uma outra forma de mobilidade territorial, mas de distinta natureza, são os movimentos pendulares, ou seja, as deslocações diárias por motivos de estudo ou trabalho. De acordo com os Censos 2011, o dinamismo destes fluxos é superior na região da Grande Lisboa, onde os movimentos de entradas correspondem a 9,7% da população residente e de saídas a 2,7%. As sub-regiões do Grande Porto e o Baixo Mondego também registam elevada capacidade de atracção da população em deslocações diárias, igual ou superior a 7% da população residente. No sentido contrário, ou seja, com um elevado número de saídas diárias da população para trabalhar ou estudar, surge a sub-região da Península de Setúbal (16%). À escala municipal, de destacar que diariamente entram no município de Lisboa o equivalente a 77,7% da população residente, e no município do Porto, 72,3%. As saídas têm um peso na população residente mais elevado em Santa

Cruz (35,8%), Odivelas (35,3%) e Condeixa-a-Nova (34,2%). Conjugando os fluxos em ambos os sentidos, os municípios de maior dinamismo eram, em 2011, o Porto (152,8%), Lisboa (144,9%), São João da Madeira (123,6%), Constância (116,3%) e Oeiras (102,4%) (Instituto Nacional de Estatística, 2013).

Nestas deslocações diárias, os Portugueses usam sobretudo o automóvel, tendência que se acentuou entre 2001 e 2011. Outros meios de transportes utilizados nos movimentos pendulares pelos Portugueses são o autocarro, os transportes colectivos específicos da empresa/escola, o metropolitano, o comboio, o motociclo ou bicicleta e ainda outros meios não incluídos nas categorias anteriores. Nas sub-regiões, a utilização do automóvel é mais baixa em Lisboa (54%), padrão possivelmente explicado por uma maior diversidade na tipologia de transportes públicos, nomeadamente o metropolitano, cuja tendência tem sido de aumento na utilização. Em 2011, o tempo médio despendido nas deslocações diárias, considerando os diferentes meios de transporte, era de aproximadamente 20 minutos.

Dados mais recentes do Inquérito à Mobilidade nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto realizado pelo Instituto Nacional de Estatística, em 2017, assinalam que o automóvel continua a ser o principal meio de transporte, mais frequente no Porto do que em Lisboa (67,6% e 58,9%, respectivamente). Nas duas áreas

metropolitanas, o trabalho é o principal motivo das deslocações efectuadas, ligeiramente superior a 30% dos casos, o tempo médio das deslocações efectuadas é inferior a 25 minutos e as distâncias médias de cerca de 11 quilómetros. As deslocações por modos suaves, nomeadamente a pé ou de bicicleta, constituem o meio utilizado em 23,5% das deslocações na Área Metropolitana de Lisboa e 18,9% na Área Metropolitana do Porto. Já a utilização dos transportes públicos e/ou colectivos como principal meio de transporte representou 11,1% das deslocações na Área Metropolitana do Porto e 15,8% na Área Metropolitana de Lisboa.

Em 2019, a entrada em vigor dos passes metropolitanos com um custo fixo para a circulação em todos os transportes públicos e por todos os municípios de cada uma das áreas metropolitanas (Lisboa e Porto) constitui uma relevante transformação na mobilidade urbana, com potencial para fomentar mudanças na mobilidade dos Portugueses e eventualmente actuar na mitigação das alterações climáticas. Os efeitos de uma mobilidade rápida e a custos acessíveis poderão ser ainda mais vastos, transformando o modo como os Portugueses vivem no território com importantes implicações nas dinâmicas do mercado de trabalho e da habitação.

Em síntese, desde 2000, a distribuição territorial dos Portugueses no país alterou-se profundamente com as tendências de litoralização da população,

despovoamento de algumas regiões e bipolarização em torno das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto. Quanto aos movimentos da população, destaca-se, por um lado, um padrão de reduzida mobilidade residencial e, por outro, uma tendência crescente na importância da mobilidade urbana na vida dos Portugueses.

Quais as condições habitacionais dos Portugueses?

Conhecer as condições habitacionais dos Portugueses oferece um contributo duplo. Por um lado, sintetiza as preferências dos indivíduos e das famílias dentro dos condicionalismos e das oportunidades determinados pelos recursos do agregado e pelas características do parque habitacional. Por outro, informa sobre uma dimensão das condições de vida dos Portugueses, a habitação, permitindo identificar factores de vulnerabilidade. Por essa razão, para responder à segunda questão deste livro, conjugam-se dados relativos às habitações em que vivem os Portugueses, bem como às condições estruturais e ambientais das mesmas.

Como são as casas em que vivem os Portugueses?

Em Portugal, o direito à habitação está consagrado no artigo 65.º da Constituição da República Portuguesa de 1976, onde se determinam também as incumbências do Estado na provisão de habitação, na regulação de ocupação, uso e transformação dos solos urbanos e no incentivo à construção de iniciativa privada, cooperativa e própria. No início do período democrático,

as necessidades de habitação eram em quantidade e em qualidade, tendo estado na origem de importantes movimentos sociais (Pinto, 2008). Na sequência da descolonização, entre 1974 e 1979, estima-se que mais de 500 000 pessoas tenham chegado a Portugal. Destas, cerca de 44% ter-se-ão estabelecido na actual Área Metropolitana de Lisboa, onde havia melhores oportunidades de emprego e de habitação (Pires, 1999).

Neste período, o Estado junta-se às famílias na provisão de habitação, procurando dar resposta à população através do estímulo à iniciativa privada, à aquisição de habitação própria e da construção de habitação pública (Guerra, 2011). Em resultado disso, o sistema residencial português caracteriza-se por elevadas taxas de ocupação em propriedade e de residências secundárias, um mercado de arrendamento privado de reduzida dimensão, um parque de habitação social insuficiente para as necessidades e o importante papel da família na provisão de habitação, características que partilha com os restantes países da Europa do Sul.

Com efeito, em 2018, 74,5% dos Portugueses são proprietários da casa onde residem, sendo que 36,3% têm encargos por compra da casa, e 38,2% não. Os inquilinos distribuem-se entre contratos com rendas a preços de mercado (12,6%) ou a preços abaixo de mercado e ocupantes de alojamentos gratuitos ou a título de salário (12,9%). Esta tendência de

sobrerrepresentação da casa própria é uma tendência que se tem consolidado desde os Censos 1970 (Instituto Nacional de Estatística). Ao nível das NUTS III, os dados dos Censos 2011 salientam que, apesar de a propriedade ter um peso elevado em todo o país, ele é superior nas regiões interiores do Norte e do Centro e inferior nas regiões da Grande Lisboa, do Grande Porto e do Algarve, regiões onde o arrendamento teve uma longa tradição enquanto regime de ocupação predominante e o carácter mais urbano e de maior mobilidade residencial favorece o arrendamento.

Na verdade, quando comparado com viver numa casa arrendada, a propriedade pode trazer benefícios que os Portugueses optimizam numa estratégia de rentabilização de recursos financeiros e promoção do bem-estar, conforto e segurança das famílias. Por um lado, os incentivos do Estado à aquisição de habitação própria por meio de mecanismos financeiros e fiscais desde o período pós-revolução de Abril de 1974 fizeram com que, em Portugal, seja mais barato comprar do que arrendar. Esta tem sido a realidade em Portugal nas últimas décadas, o que, além de permitir que os Portugueses vivam em melhores condições do que em arrendamento (Azevedo et al., 2013), permite que, no final do pagamento, tenham um bem imóvel da sua propriedade que pode ser convertido em ganhos de capital. Contudo, esta conversão nem sempre é directa, uma vez que é determinada pela taxa de crescimento

dos preços reais da habitação e representa abdicar da casa de residência habitual.

Comparativamente à média da União Europeia dos 27 países, doravante apenas média europeia, Portugal apresenta uma percentagem de população em regime de propriedade bastante elevada, em linha com os restantes países da Europa do Sul, mas muito baseada no acesso ao crédito, o que constitui factor de risco que varia de acordo com o contrato celebrado com a instituição de crédito e com as flutuações da economia. Em 2019, os bancos concederam 10 623 milhões de euros em crédito à habitação, a uma taxa de juro média anual sobre novas operações de empréstimos de 1,22%. No mesmo ano, de acordo com os dados do Banco de Portugal, 2 098 300 famílias tinham empréstimos para a compra de habitação, sendo que 3% destas estavam em situação de incumprimento, proporção que tem vindo a decrescer desde 2014, quando o incumprimento atingiu um pico de 6,4%. Por regiões, em 2018, a percentagem de famílias com crédito à habitação vencido é superior no Alentejo e na Área Metropolitana de Lisboa (5% e 4,6%, respectivamente) e inferior no Norte e no Centro (3,3% e 3,6%, respectivamente) (Cândido e Azevedo, 2019).

Em resultado das tendências urbanísticas das últimas décadas, nomeadamente de licenciamento e construção, em 2018 vivem quase tantos portugueses em apartamentos (45,7%) como em moradias (54,2%),

sendo residual o peso dos portugueses a viver em casas que não se incluem em nenhuma destas categorias (0,1%). Este equilíbrio situa Portugal relativamente a par da média europeia, e numa posição distinta dos seus parceiros do sistema residencial da Europa do Sul, Espanha, Grécia e Itália, onde o peso da população a viver em apartamentos é já superior ao peso da população a viver em moradias. Por grau de urbanização, verifica-se o predomínio dos apartamentos, sobretudo em edifícios com mais de 10 fogos, nas áreas predominantemente urbanas, sendo o parque habitacional nas áreas medianamente urbanas e sobretudo nas áreas predominantemente rurais mais horizontalizado e constituído por moradias isoladas e geminadas (Eurostat).

Quanto ao tamanho das casas em que vivem os Portugueses, em 2012, a área útil média é de 106 metros quadrados, portanto superior à média europeia (96 metros quadrados). Traduzindo a área em número de divisões habitáveis, o caso português tem seguido a tendência da média europeia de redução do número médio de quartos por pessoa, situando-se quer em Portugal, quer no contexto europeu em 1,6, em 2018. Em Portugal, os proprietários dispõem de mais espaço do que os inquilinos (1,7 e 1,5, respectivamente), diferença que se justifica, por um lado, pelo carácter mais citadino do arrendamento, onde as casas são mais pequenas (1,6), por outro, com a tipologia do alojamento, sendo os apartamentos menos espaçosos (1,5) (Eurostat).

Ainda sobre a relação entre espaço habitacional e população, um outro indicador merece a nossa atenção: a taxa de sobrelotação da habitação, ou seja, a proporção da população que vive em casas cujo número de divisões é insuficiente para acomodar a família, segundo as normas do Eurostat. Em Portugal, a proporção da população em situação de sobrelotação da habitação é de 9,6%, bastante inferior à média europeia (17,1%). Este valor camufla importantes diferenças por regime de propriedade e rendimento das famílias, sendo mais frequentes as situações de sobrelotação entre os inquilinos e entre as famílias com rendimentos 60% abaixo da mediana. A situação inversa à sobrelotação refere-se à sublotação, ou seja, a proporção da população que vive em casas cujo número de divisões é excessivo para acomodar a família, segundo as mesmas normas do Eurostat. Em Portugal, em 2018, 36,1% da população vivem em casas maiores do que o necessário. A explicação decorre, por um lado, do envelhecimento da população, e, por outro, da reduzida mobilidade residencial característica dos países da Europa do Sul. Por conseguinte, em Portugal, em 2018, a proporção dos indivíduos entre os 18 e os 64 anos a viverem em casas consideradas demasiado grandes para as necessidades da família que nela vive é de 32,7%, e entre os indivíduos com 65 e mais anos, de 57,8% (Eurostat).

Em que condições estruturais e ambientais vivem os Portugueses?

Relativamente às condições estruturais das casas onde vivem os Portugueses, a inexistência de instalação de banho ou duche no interior do alojamento e a inexistência de sanita com autoclismo no interior do alojamento são situações actualmente raras em Portugal, afectando menos de 1% da população, em cada um dos casos. Em outros dois indicadores de condições estruturais, os Portugueses estão em desvantagem relativamente à média europeia. A existência de um tecto que deixa passar água, humidade nas paredes ou apodrecimento das janelas ou soalho, em 2018, afecta 26,9% dos Portugueses, enquanto a média europeia é de 13,6%. A proporção dos Portugueses que referem que a luz natural na residência é insuficiente mesmo num dia de sol é de 10%, o dobro da média europeia (5%). Na situação de ser afectado por dois de quatro problemas estruturais de habitação (problemas de humidade ou apodrecimento de madeiras, inexistência de banho ou duche, de sanita com autoclismo no interior do alojamento, e de luz natural insuficiente), em Portugal, em 2018, estão 4,8% dos Portugueses, percentagem bastante superior à média europeia (3,2%) (Eurostat).

Por último, a taxa de privação severa das condições da habitação que conjuga a situação de sobrelotação com a

existência de, pelo menos, um dos quatro indicadores de condições estruturais referidos é em Portugal, em 2018, de 4,1%, valor ligeiramente abaixo da média europeia de 4,3%. Esta proximidade entre a posição portuguesa e europeia poderá explicar-se pela referência de este indicador ser a situação de sobrelotação, como vimos, menos comum em Portugal do que no contexto europeu.

É importante salientar a diferença entre as situações de privação severa das condições de habitação, classificadas como supramencionado, das situações de precariedade habitacional cuja resolução só é possível através do realojamento. Sobre estas, o Levantamento Nacional das Necessidade de Realojamento Habitacional, realizado em 2018 pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, identificou 25 762 famílias em situação habitacional insatisfatória. Além destas famílias em necessidade de realojamento, há ainda que referir as pessoas em situação de sem-abrigo. De acordo com os resultados do inquérito realizado, em 2018, pelo Grupo de Trabalho para a Monitorização e Avaliação da Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2017-2023, em Portugal viviam 3396 pessoas sem tecto ou sem casa, sendo a maioria das situações identificadas nas áreas metropolitanas.

Quanto às condições ambientais da área de residência, em 2018, 23% dos Portugueses referem serem comuns

problemas de ruído vindo dos vizinhos ou da rua, proporção bastante superior à média europeia (18,3%). Relativamente aos problemas com poluição, sujidade, mau cheiro ou outros problemas ambientais na zona causados pelo trânsito, 15,9% dos Portugueses referem ser afectados por estes problemas, uma proporção inferior aos 20,6% na média europeia. Já nas questões de crime, violência e vandalismo, os Portugueses estão em vantagem à média europeia: em 2018, 6,5% referem ser afectados por estes problemas, comparativamente a 11,5% dos Europeus (Eurostat).

Por fim, os níveis de pobreza energética são uma das maiores fragilidades nas condições habitacionais dos Portugueses. Em 2018, 19,4% dos Portugueses não têm capacidade financeira para manter a casa suficientemente aquecida, enquanto a média europeia se situa nos 7,6%. A situação dos Portugueses é ainda mais grave entre os agregados com rendimentos 60% abaixo da mediana (37%) e entre a população com 65 e mais anos (32,1%) (Eurostat). E, apesar de Portugal ter uma temperatura amena, existem grandes disparidades regionais quanto ao índice de graus-dias de necessidade de aquecimento dos espaços interiores. Nas regiões mais quentes, nomeadamente no Algarve, no Alentejo e em Lisboa, as casas estão mais mal preparadas para compensar a temperatura exterior do que no Norte e no Centro, o que resulta em necessidades de aquecimento adicionais (Azevedo et al., 2020).

Ao nível dos electrodomésticos, que aliviam o trabalho doméstico deixando mais tempo para outras actividades, nas casas dos Portugueses está generalizada a existência de fogão, frigorífico, máquina de lavar roupa, microondas e televisão (presença em mais de 89% das casas). Menos comuns, mas ainda assim em mais de metade das casas, são aspiradores, máquina de lavar loiça e telefone. Desde o início do século XXI, os equipamentos domésticos cuja presença nas casas dos Portugueses mais se generalizou foram o ar condicionado, o computador, a máquina de lavar loiça e o microondas.

Por regiões, em 2015, as maiores diferenças notam-se na presença de arca congeladora, superior na Região Autónoma dos Açores (72%) e inferior no Algarve (39,5%), de máquina de lavar loiça, superior na Área Metropolitana de Lisboa (61,8%) e inferior na Região Autónoma da Madeira (24,1%), de televisão por cabo ou satélite, superior na Região Autónoma dos Açores (88,4%) e inferior no Centro (65,4%) e de ar condicionado, superior no Alentejo (30,3%) e inferior na Região Autónoma da Madeira (4,8%).

Por último, o acesso à internet também se generalizou nas casas dos Portugueses. Em 2010, pouco mais de metade dos agregados domésticos tinha ligação à internet (53,7%). Em 2019, a grande maioria das famílias portuguesas dispõe desta ligação (80,9%). Por regiões,

destaca-se a Área Metropolitana de Lisboa e as Regiões Autónomas com a maior proporção das famílias com internet em casa, e a região do Alentejo com a menor proporção.

Em suma, as casas dos Portugueses, moradias ou apartamentos, são ocupadas sobretudo em propriedade, com encargos pendentes com a compra ou não. A relação entre a dimensão do alojamento e a composição familiar mostra que os casos de sobrelotação da habitação são menos frequentes do que no contexto da média europeia. Os Portugueses estão ainda em vantagem relativamente aos Europeus em geral quanto aos problemas de crime, violência e vandalismo na área de residência. Em situação de desvantagem, face à média europeia, surgem condições estruturais, como a existência de um tecto que deixa passar água, humidade nas paredes ou apodrecimento das janelas ou soalho, e a incapacidade financeira para manter a casa suficientemente aquecida e condições ambientais da área de residência, nomeadamente os problemas de ruído vindo dos vizinhos ou da rua.

Com quem vivem os Portugueses?

Analisar com quem vivem os Portugueses na perspectiva do percurso de vida possibilita compreender como se interligam os percursos individuais, as formas e modos de viver em família e as trajectórias habitacionais dos Portugueses. Nesse sentido, em seguida examina-se como o volume, a estrutura etária de uma população e os padrões de (re)composição familiar são determinantes no número de famílias e na procura de habitação. Depois, analisa-se o papel dos indivíduos na família em quatro grupos etários que representam, de uma maneira geral, as diferentes etapas do percurso de vida: infância e adolescência (menos de 20 anos), transição para a vida adulta (20–34 anos), idade adulta (35–64 anos) e velhice (65 e mais anos).

De que forma a população e os padrões familiares influenciam o número de famílias e a procura de habitação?

Em Portugal, nos Censos 2011, residiam 10 562 178 pessoas em 4 043 726 famílias, ou seja, cada família era constituída, em média, por 2,6 pessoas. As estimativas da população residente em 2019 dão conta de 10 286 263 pessoas e de

4 148 057 famílias, o que traduz uma dimensão média familiar de 2,5 pessoas. Com efeito, sensivelmente desde a viragem do século, com excepções pontuais relacionadas com os efeitos da crise económica, o número de famílias em Portugal tem vindo a crescer, apesar do declínio da população residente, o que se deve à redução contínua do número médio de pessoas por família. Isto porque, além da contribuição do volume da população, a sua estrutura etária e os padrões de (re)composição familiar são determinantes no número de famílias, com importantes implicações na procura de habitação. Estes impactos devem ser considerados em dois planos.

Em primeiro lugar, ao nível do indivíduo, por mais diversificadas que sejam as trajectórias de vida, permanece uma relação, por vezes sequencial, entre eventos individuais e composições familiares (por exemplo, ter filhos não depende de viver em casal, mas ser viúvo/a depende de ter sido casado/a). Anuindo a existência desta relação, a sua transposição do nível individual para o nível populacional permite-nos concluir que o peso de cada grupo etário na população (jovens, adultos e idosos) irá determinar o dinamismo na (re)composição familiar. O retrato das famílias em Portugal, em 2019, deixa-nos saber que mais de metade tem como representantes indivíduos entre os 35 e os 64 anos (56,3%), proporção que se tem mantido estável. Por conseguinte, o envelhecimento demográfico e a crescente diversidade na relação

entre os eventos do percurso de vida reflectem-se sobretudo no peso dos agregados representados por jovens (15–34 anos) e por idosos (65 e mais anos). Assim, a proporção dos agregados representados por jovens tem diminuído, situando-se, em 2019 nos 8,9%. A proporção dos agregados representados por idosos tem aumentado progressivamente, situando-se, em 2019, nos 34,8%.

Em segundo lugar, os padrões de (re)composição familiar, em mudança mais intensa desde a década de 1990, no sentido de uma maior diversificação das formas de co-residência, da individualização e da nuclearização da família (Wall et al., 2014), reflectem-se quantitativamente no aumento do universo das famílias e na redução da sua dimensão média. Por conseguinte, em Portugal, em 2019, os casais sem filhos são a tipologia mais frequente (24,8%), seguida de um adulto sem crianças ou filhos (22,5%). Quer isto dizer que, em resultado do alongamento da duração de vida e dos baixos níveis de fecundidade, 47,4% dos agregados domésticos não têm crianças na sua composição. Os casais com filhos representam 22,2% do total de agregados, e um adulto com crianças ou filhos, 4,6%. Com efeito, a proporção de adultos sós com crianças ou filhos tem crescido sobretudo desde o início do século, em consequência do aumento das separações e dos divórcios, mas também de novas formas de viver a parentalidade. Com efeito, nos últimos anos, as grandes mudanças na composição dos agregados domésticos

centram-se no crescimento do peso relativo dos adultos sós com crianças ou filhos e os adultos sós sem crianças ou filhos, e no decréscimo do peso dos casais com crianças ou filhos.

Clarificado como, além do volume, a estrutura etária de uma população e os padrões de (re)composição familiar determinam o número de famílias e a procura de habitação, importa compreender com quem vivem os Portugueses, segundo o papel dos indivíduos na família.

Com quem vivem os Portugueses nas diferentes etapas do percurso de vida?

A análise seguinte centra-se nas pessoas que vivem em famílias clássicas com núcleo familiar (as pessoas casadas ou em união de facto, as pessoas em núcleos monoparentais e os filhos) e famílias clássicas sem núcleo familiar (residindo sós ou não), fazendo ainda referência às pessoas que vivem numa família não clássica (em famílias institucionais ou em situação de sem-abrigo), quando relevante.

Assim, de acordo com os dados dos Censos 2011, os portugueses com menos de 20 anos vivem sobretudo com os pais (96,7%), forma de co-residência marcada por níveis de baixa autonomia porque as condições de vida e opções residenciais são determinadas principalmente

pelos pais (Clark e Dieleman, 1996). Todavia, tendo em conta o limite superior do intervalo etário considerado, verificam-se já situações de co-residência em casal ou em núcleos monoparentais (0,6%). Neste grupo etário, destacam-se ainda os que, não residindo sozinhos, vivem em famílias sem núcleo familiar (2,2%), o que corresponde à situação de partilha de casa entre pares ou estudantes deslocados. Efectivamente sós, vivem apenas 0,1% das pessoas com menos de 20 anos. Por regiões, verifica-se uma proporção bastante mais elevada de jovens a viver em casal ou em núcleos monoparentais na Região Autónoma dos Açores (1,1%), sugerindo um padrão de formação familiar em idades mais jovens. Por fim, 0,5% dos Portugueses neste grupo etário não vivem em famílias clássicas, correspondendo a maioria das situações a institucionalizações em alojamentos colectivos de apoio social. Este peso relativo é idêntico nos grupos etários seguintes, subindo no grupo dos 65 e mais anos, o que justifica maior detalhe de análise mais adiante.

Entre os 20 e os 34 anos concentra-se grande parte dos casos de emancipação residencial, o que aumenta o nível de autonomia dos indivíduos nas decisões residenciais (Clark e Dieleman, 1996). Os jovens adultos partem de casa dos pais por várias razões, estando a formação familiar, os estudos e o emprego entre as mais frequentes (Holdsworth, 2000). Enquanto alguns jovens partem definitivamente, outros regressam a

casa dos pais por motivos de separação ou divórcio, transição entre educação e emprego ou mudança de emprego em trajetórias habitacionais bumerangue (Aassve, Cottini e Vitali, 2013). Com efeito, no século XXI, os percursos escolares são mais longos, a participação no mercado de trabalho mais precária e a saída de casa dos pais ocorre em idades mais avançadas que outrora (Azevedo, 2016). Em Portugal, em 2018, 63,9% dos jovens portugueses entre os 18 e os 34 anos vivem em casa dos pais (Eurostat). Mas, para conhecermos em maior detalhe as formas de co-residência dos jovens, temos de recuar aos dados censitários. Em 2011, 47,7% dos portugueses entre os 20 e os 34 anos vivem em casal ou em um núcleo monoparental, 42% vivem com os pais, 6% vivem sós e 3,8% em partilha de casa. Em famílias não-clássicas, vivem 0,5%. Neste grupo etário, denota-se uma heterogeneidade regional mais acentuada do que a que se encontra entre os menores de 20 anos. Na Região Autónoma da Madeira e no Norte, verificam-se as proporções mais baixas de jovens adultos que não vivem com os pais (53,2% e 54%, respectivamente). Nas regiões do Algarve e Lisboa, observam-se as proporções mais altas, 64,3% e 63,5%, respectivamente. No Algarve, o padrão de emancipação residencial apoia-se na conjugação entre a elevada proporção de co-residência de casal ou em núcleos monoparentais (51,6%) e de pessoas sós (8,2%) ou em partilha de casa (4,5%). Na região de Lisboa, a explicação assenta sobretudo na elevada proporção de

peças sós (9,2%) e em partilha de casa (6,3%), já que os níveis de formação familiar são bastante próximos aos observados para o país (Instituto Nacional de Estatística). Com efeito, entre 2001 e 2011 denota-se uma crescente mobilidade dos jovens em direcção aos centros urbanos, onde se concentram oportunidades de emprego e maior diversidade social e cultural, sendo esta concentração superior em alguns municípios da Área Metropolitana de Lisboa (Nunes, 2014). O perfil dos jovens que vivem sós em Portugal, em 2011, corresponde a indivíduos de ambos os sexos, solteiros, com níveis de escolaridade elevados e participação no mercado de trabalho, ou seja, um perfil ilustrativo das alterações aos padrões tradicionais de emancipação residencial por via da conjugalidade (Guerreiro e Caetano, 2014).

No grupo etário seguinte, 35–64 anos, como vimos, a maior parte dos indivíduos são representantes dos agregados em que residem existindo, em princípio, um maior grau de liberdade nas decisões residenciais. Em 2011, 77,1% dos adultos neste grupo etário vivem em casal. É neste grupo etário que há mais pessoas a viver em núcleos monoparentais (6,6%), sendo a grande maioria deles constituídos por uma mãe com filho(s) (86,7%). Na situação de viverem sós estão 7,7% dos adultos neste grupo etário, em partilha de casa, 2,6%, e em co-residência com os pais, 5,6%. Os restantes residem em famílias não-clássicas. Com efeito, uma vez que este intervalo etário tem uma duração de quase

três décadas, podem concentrar-se nele muitos eventos do percurso de vida, como a formação, dissolução e recomposição familiar, o nascimento dos filhos e sua posterior emancipação residencial. Por conseguinte, esta poderá também ser uma fase muito dinâmica da perspectiva das trajetórias habitacionais. Por regiões, na continuidade do comentário anterior sobre os portugueses entre os 20 e os 34 anos, também entre os indivíduos entre os 35 e os 64 anos é elevado o peso dos que vivem sós ou em partilha de casa, nas regiões de Lisboa e do Algarve. No entanto, há uma diferença na distribuição: o peso das pessoas que vivem sós é superior neste grupo etário (10,5% tanto em Lisboa como no Algarve) e o das pessoas que partilham casa é menor (3,2% e 3%, respectivamente). De salientar ainda o peso mais elevado de pessoas a viver em núcleos monoparentais em Lisboa e na Região Autónoma da Madeira (8,5% e 7,6%, respectivamente).

Entre as pessoas com 65 e mais anos, a situação mais frequente é também viver em casal (65,4%). Em termos percentuais, seguem-se as situações de viver só (20,2%) e em partilha de casa (9,9%). O peso das pessoas a viver em núcleos monoparentais é semelhante ao do grupo etário anterior (6%). Já a situação de co-residência com os pais é residual (0,2%). Por regiões, destaca-se, por um lado, a elevada proporção de pessoas com 65 e mais anos em núcleos monoparentais nas regiões autónomas, 11,4% na Região Autónoma da Madeira

e 9,2% na Região Autónoma dos Açores. Por outro lado, a elevada proporção de pessoas com 65 e mais anos que residem sós nas regiões de Lisboa (22,9%) e do Alentejo (22,3%). Como já foi referido, é neste grupo etário que o peso relativo das pessoas a viverem em famílias institucionais é mais elevado, 4,2%. Entre as diferentes tipologias de alojamentos colectivos, a situação mais comum é a das instituições de apoio social. A maior parte destas pessoas caracteriza-se por idades avançadas, 85 e mais anos, havendo uma sobrerrepresentação do sexo feminino, em virtude de as mulheres beneficiarem de uma esperança de vida mais alargada. Entre 2001 e 2011, verifica-se uma tendência para a diminuição da proporção de indivíduos entre os 65 e os 84 anos institucionalizados, sugerindo que as melhorias das condições de vida podem estar a adiar a necessidade de institucionalização para idades cada vez mais avançadas (Azevedo e Baptista, 2014), mas também uma mudança nas formas de envelhecer que valorizam a possibilidade de as pessoas continuarem a viver nas suas casas à medida que envelhecem com segurança, conforto e independência.

Em conclusão, em primeiro lugar, apesar do declínio demográfico, há mais famílias em Portugal porque a dimensão média familiar é mais reduzida, o que significa que a procura de habitação é também maior. Em segundo lugar, porque os percursos individuais, as dinâmicas familiares e as trajectórias habitacionais

dos Portugueses se interligam de formas muito diversificadas, é necessário desconstruir combinações entre as etapas do percurso de vida e tipologias familiares e habitacionais. As necessidades e as preferências habitacionais dos Portugueses mudam ao longo da vida e as casas onde as pessoas residem devem cumprir as funções de abrigo, segurança e conforto assegurando a privacidade individual e familiar quer através da mobilidade residencial, quer através de construções mais flexíveis e adaptáveis.

Quais as condições de vida dos Portugueses?

As condições de vida dos Portugueses são o resultado da combinação de uma diversidade de factores e, no século XXI, os Portugueses vivem melhor que outrora. A resposta à quarta questão deste livro baseia-se primeiramente na análise de um conjunto de indicadores ilustrativos das actuais condições de vida dos Portugueses, nomeadamente no que respeita ao bem-estar, à pobreza, ao rendimento, ao poder de compra e às despesas familiares. Depois, tendo a habitação reassumido, no período pós-crise de 2007-2008, um papel de destaque nos desafios às condições de vida dos Portugueses, questão que tem estado a montante de uma reorientação política na salvaguarda do direito à habitação traduzida nas recentes políticas de habitação, nomeadamente da Nova Geração de Políticas de Habitação (2018) e da Lei de Bases da Habitação (2019), analisa-se a relação entre despesas em habitação e rendimento.

Vivem os Portugueses bem?

O índice de bem-estar, produzido pelo Instituto Nacional de Estatística, traduz a evolução do bem-estar dos

Portugueses desde 2004. Este indicador baseia-se em duas dimensões — condições materiais de vida e qualidade de vida —, 10 domínios de análise e 74 indicadores. É através da análise da posição dos Portugueses relativamente a cada indicador e tendo como referência os resultados de 14 países europeus que podemos analisar cada uma das dimensões numa escala entre 0 e 1 (0 corresponde ao valor mínimo e 1 ao valor máximo).

Assim, o bem-estar dos Portugueses cresceu de 0,224 em 2004 para 0,471 em 2018. Na dimensão das condições materiais de vida, entre 2004 e 2009, verifica-se uma tendência de crescimento (de 0,187 para 0,352), interrompida muito possivelmente pelo impacto da crise económica, que introduziu um período de decréscimo que se prolongou até ao ano de 2013 (0,236). No período pós-crise, observa-se um crescimento estável até atingir 0,456, em 2018. Na qualidade de vida, verifica-se um crescimento contínuo, de 0,242 em 2004 para 0,478 em 2018. Assim, apesar dos progressos dos últimos anos, os Portugueses mantêm-se em posições abaixo do ponto intermédio (0,5).

Em 2018, o limiar de risco de pobreza situa-se nos 6014 euros anuais, sendo que, após transferências sociais, 17,2% da população auferiam um rendimento abaixo deste limiar, o valor mais baixo desde 2003. Contudo, sem as transferências sociais, como as pensões de velhice e de sobrevivência, e sem os apoios sociais (família, educação,

habitação, doença ou invalidez, desemprego e combate à exclusão social), 43,4% dos Portugueses viveriam em risco de pobreza. Em Portugal, há agregados domésticos mais vulneráveis ao risco de pobreza que outros: as famílias monoparentais (33,9%), as famílias numerosas (30,2%) e os agregados constituídos por uma pessoa só (26,2%). E também grupos etários mais vulneráveis que outros: os indivíduos com menos de 18 anos (18,5%) e com 65 e mais anos (17,3%). Também a condição perante o trabalho se traduz num risco de pobreza acrescido, afectando sobretudo os desempregados (47,5%) e os outros inactivos (31%). Por regiões, denotam-se acentuadas assimetrias. Apenas na Área Metropolitana de Lisboa a taxa de risco de pobreza se situa abaixo da média nacional (13,3%), sendo que nas regiões autónomas é particularmente elevada: 31,8% na Região Autónoma dos Açores e 27,8% na Região Autónoma da Madeira.

Já no que respeita aos rendimentos, o valor mediano do rendimento bruto declarado, deduzido do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares liquidado por sujeito passivo, em 2017, é de 8687 euros anuais. Por municípios, as diferenças são muito expressivas, com o município de Resende com um valor mediano do rendimento bruto de 5481 euros e Oeiras com um valor de 12935 euros. O rendimento mediano é superior ao total nacional em 64 municípios, concentrados nas sub-regiões da Área Metropolitana de Lisboa, Leiria, Coimbra, Alentejo Central e Aveiro (Instituto Nacional de Estatística).

Em 2017, também o peso relativo do poder de compra de cada município ou região no total do país, considerando o poder de compra *per capita* e a população residente, se distribui assimetricamente no território nacional, estando mais de metade centralizado nas áreas metropolitanas (51,6%) e na faixa litoral, porque é onde vive a maior parte da população. Por municípios, o poder de compra em Lisboa representa 10,8% do total nacional, sendo ainda de salientar seis municípios que individualmente representam mais de 2% do poder de compra nacional: Sintra (3,5%), Porto (3,3%), Vila Nova de Gaia (2,9%), Oeiras (2,7%), Cascais (2,5%) e Matosinhos (2,1%). Por outro lado, com um contributo individual igual ou inferior a 0,02 do poder de compra nacional em 2017, destacam-se 25 municípios, a grande maioria situada no interior do país.

Relativamente às despesas dos Portugueses, também em 2017, a maior fatia do rendimento disponível das famílias vai para alimentação, bebidas e tabaco (20,2%). Seguem-se as despesas com a habitação, água, electricidade, gás e outros combustíveis (18%) e os transportes (15,9%). Estes três itens absorvem 54,1% do rendimento disponível das famílias portuguesas. O remanescente é distribuído por restaurantes e hotéis (13,2%), bens e serviços diversos (10,8%), vestuário e calçado (6,3%), lazer, cultura e recreação (5,7%), saúde (5,3%), mobiliário, artigos de decoração, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação (4,9%) e educação (1,6%).

A taxa de variação 2010–2017 das três principais despesas faz sobressair o crescimento acentuado das despesas com a habitação, água, electricidade, gás e outros combustíveis (20%) o que justifica uma análise em maior detalhe.

Que desafios levanta a habitação às condições de vida dos Portugueses?

Os desafios da habitação às condições de vida dos Portugueses são sobretudo uma questão de custos. Por um lado, as despesas com a habitação põem as famílias com rendimentos mais baixos debaixo de uma pressão adicional, e, por outro, estas famílias têm menos recursos para garantir a qualidade das condições habitacionais ao nível da área de residência, das comodidades básicas, da eficiência energética e da manutenção e conservação do alojamento (Council of Europe Development Bank, 2017).

A relação entre as despesas associadas com a habitação e o rendimento disponível das famílias é monitorizada ao nível nacional, anualmente, desde 2004, através de dois indicadores: a carga mediana das despesas em habitação e a taxa de sobrecarga das despesas em habitação. Neste âmbito, entenda-se por despesas em habitação as despesas relacionadas com a renda ou prestação e respectivos juros referentes à residência habitual,

bem como gastos com água, electricidade, gás ou outros combustíveis, condomínio, saneamento, manutenção e pequenas reparações.

O primeiro indicador, a carga mediana das despesas em habitação, corresponde à percentagem exacta das despesas em habitação face ao rendimento disponível que divide as famílias portuguesas, num dado período, em duas metades iguais, ou seja, metade das famílias despende de percentagem superior à mediana e a outra metade uma percentagem inferior. Em Portugal, em 2019, a carga mediana das despesas em habitação é de 11%, valor que tem vindo a decrescer no período pós-crise. Por regiões, a carga mediana das despesas em habitação é superior à média nacional na Região Autónoma dos Açores (11,9%), no Algarve (11,4%), no Alentejo (11,2%) e no Norte (11,3%) e inferior na Região Autónoma da Madeira (10,8%), na Área Metropolitana de Lisboa (10,7%) e no Centro (10,6%).

O segundo indicador, a taxa de sobrecarga das despesas em habitação, refere-se à proporção da população cujas despesas com a habitação representam 40% ou mais do rendimento disponível das famílias. Desde 2004, esta proporção manteve-se sempre abaixo dos 10%. Também em declínio no período pós-crise, em 2019, a taxa de sobrecarga das despesas em habitação é de 5,7%. Por regiões, a taxa de sobrecarga com as despesas em habitação é superior à média nacional no Algarve (8,2%),

na Área Metropolitana de Lisboa (7,7%), na Região Autónoma dos Açores (7,3%) e na Região Autónoma da Madeira (6,5%) e menor no Alentejo (5,4%), no Norte (4,6%) e no Centro (4,4%).

A sobrecarga com as despesas em habitação é ainda sensível ao regime de ocupação do alojamento, sendo, em 2018, menor entre os proprietários sem encargos com a compra da casa (2%), seguindo-se os proprietários com encargos com a compra da casa (3%) e os inquilinos a preços abaixo de mercado e ocupantes de alojamentos gratuito ou a título de salário (4,9%). É entre os inquilinos a preços de mercado que a sobrecarga é muito elevada, de 25,8%. Esta tendência verifica-se ao longo de todo o período para o qual existem dados disponíveis, 2007-2018. Com efeito, não se tratando de uma situação pontual, poderá resultar do funcionamento do mercado de arrendamento privado. Em Portugal, o sector de arrendamento privado tem funcionado de forma polarizada segundo a data de celebração do contrato, até 1990 ou posterior a 1990, estando estes últimos determinados pelas dinâmicas do mercado (Alves, 2017), que parecem estar a penalizar os inquilinos.

De acordo com o *Relatório de Estabilidade Financeira* do Banco de Portugal (2018), começam a observar-se ao nível regional alguns indícios de sobrevalorização do mercado imobiliário com a finalidade de habitação, resultado da conjugação de factores como a recuperação

da economia portuguesa, o turismo e consequente aumento do alojamento local e o interesse dos não-residentes no mercado imobiliário português. Importa, por isso, tentar perceber a relação entre despesas em habitação e rendimento a partir de uma perspectiva territorial, na medida do que os dados existentes nos permitem saber.

O valor mediano das vendas por metro quadrado de alojamentos familiares cresceu 25% entre os quartos trimestres de 2016 e 2019. Este crescimento foi mais acentuado no Algarve e no Norte (30,1%) e menos no Alentejo (16,5%) e no Centro (19,4%). No arrendamento, o valor mediano das rendas de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares cresceu 13,9% entre o segundo semestre de 2017 e o primeiro de 2019. Foi na Área Metropolitana de Lisboa e no Algarve que este crescimento foi superior (24,4% e 18,6%, respectivamente) e no Alentejo e no Centro que foi inferior (5,7% e 10,3%, respectivamente).

No *Retrato Territorial de Portugal 2019* editado pelo Instituto Nacional de Estatística, é publicada uma análise do acesso à habitação em 2017 relacionando as estatísticas dos preços da habitação ao nível local e as estatísticas do rendimento bruto declarado deduzido do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares, à escala municipal. Este exercício, de carácter inovador, veio clarificar de forma substantiva os efeitos

dos diferentes ritmos de crescimento dos preços da habitação e do rendimento das famílias no acesso à habitação. No que respeita aos preços de aquisição, em 2017, o valor mediano das vendas (932 euros por metro quadrado) ponderado pela área mediana dos alojamentos familiares vendidos (95 metros quadrados) é 8,02 vezes o valor mediano do rendimento bruto anual por agregado fiscal (11 039 euros), isto é, 88 540 euros. Este rácio é superior à média nacional em 43 municípios do país, sendo que, nos municípios de Lisboa, Loulé, Lagos, e Albufeira, é mesmo superior a 15 vezes o rendimento bruto. Quanto ao arrendamento, em 2017, o rácio entre o valor mediano das rendas por metro quadrado de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares (4,39 euros por metro quadrado) ponderado pela área mediana das rendas de novos contratos (81 metros quadrados) e o valor mediano do rendimento bruto mensal por agregado fiscal (11 039 euros), é de 38,7%, isto é, 4267 euros. Nos municípios de Albufeira, Loulé, Lagos, Tavira, Vila Real de Santo António, Lisboa, Cascais e Porto, os encargos mensais com a renda da habitação ultrapassavam 50% do rendimento das famílias. Em Belmonte, Sátão e Vila Viçosa, esses encargos eram iguais ou inferiores a 20% do rendimento familiar.

Em resumo, em resultado de importantes progressos nas condições de vida, os Portugueses vivem hoje efectivamente melhor que outrora. No século XXI, por

um lado, há ainda espaço para melhorias no bem-estar, na erradicação da pobreza e na diminuição das assimetrias territoriais no que respeita ao rendimento e ao poder de compra. Por outro lado, surgem novos desafios às condições de vida dos Portugueses, como a relação entre despesas com a habitação e rendimento, particularmente desequilibrada em grupos populacionais específicos, como a população em risco de pobreza e os inquilinos a preços de mercado e especialmente preocupante no que respeita ao acesso à habitação quer através da compra, quer através do arrendamento.

Conclusão

Este livro apresenta uma visão sobre como vivem os Portugueses, no século XXI, centrada na distribuição da população no território nacional, nas condições habitacionais, nas interligações entre percursos individuais, familiares e trajectórias habitacionais e nos recentes desafios que a habitação levanta às condições de vida dos Portugueses. A análise realizada a partir dos dados censitários e administrativos e dos indicadores estatísticos e guiada por quatro grandes questões permite destacar as conclusões que se seguem.

- Os movimentos dos Portugueses no território resultaram em assimetrias regionais profundas. A ocupação do território é actualmente caracterizada pela litoralização da população, pelo despovoamento de algumas regiões do interior do país e pela bipolarização da população e das suas principais actividades económicas nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto. Esta configuração territorial da população tem efeitos relevantes nas condições de vida dos Portugueses na medida em que condiciona as oportunidades de educação e de emprego, o acesso a serviços e equipamentos, os padrões de mobilidade e a procura de habitação.

- Em resultado da actual distribuição da população e das actividades económicas, os movimentos pendulares dos Portugueses caracterizam-se por maior intensidade nas áreas metropolitanas, onde o automóvel continua a ser o principal meio de transporte, apesar da importância crescente das deslocações por modos suaves. Não sendo ainda conhecidos os impactos dos passes metropolitanos, introduzidos em 2019, no dia-a-dia dos portugueses residentes nos municípios abrangidos, esta medida poderá vir a transformar significativamente os padrões de mobilidade urbana.
- O sistema residencial português, fortemente apoiado na propriedade, com ou sem encargos, tem sido o resultado de políticas públicas de incentivo à habitação própria, de estratégias familiares de rentabilização de investimento e da inexistência de alternativas eficazes, nomeadamente no mercado de arrendamento privado. Em resultado, em Portugal continua a ser mais barato comprar casa do que arrendar.
- A combinação de diversos factores, nomeadamente o actual quadro legislativo de maior protecção do direito à habitação e as restrições no acesso ao crédito para a aquisição de habitação, poderá contribuir para diluir o acentuado desequilíbrio na distribuição entre propriedade e arrendamento. Contudo, para que o arrendamento privado possa vir a ser entendido como alternativa eficaz à propriedade, será ainda necessário,

por um lado, assegurar um quadro legislativo de maior segurança e estabilidade no regime de arrendamento privado e, por outro, promover maior qualidade na habitação no mercado de arrendamento privado.

- A existência de um tecto que deixa passar água, humidade nas paredes ou apodrecimento das janelas ou soalhos e a incapacidade financeira para manter a casa suficientemente aquecida são os principais problemas estruturais que afectam os Portugueses, sugerindo que, além da questão financeira, as condições habitacionais dos Portugueses possam estar condicionadas pela qualidade do parque de habitação.
- Uma proporção significativa da população portuguesa vive em casas maiores do que o necessário tendo em conta a composição do agregado familiar. A situação de sublotação é mais comum entre os indivíduos com 65 e mais anos, decorrendo sobretudo da combinação do envelhecimento da população com a reduzida mobilidade residencial. Sendo fundamental promover a possibilidade de as pessoas continuarem a viver nas suas casas e de participarem na comunidade com segurança, conforto e independência, é igualmente importante assegurar a criação e manutenção de espaços seguros e inclusivos, meios de transporte eficazes e acessíveis e de um parque habitacional adequado de forma a evitar que, à medida que envelhecem, os indivíduos se vejam confinados em

casas pouco adequadas e adaptadas às necessidades inerentes ao processo de envelhecimento.

A diversificação dos modelos de alojamentos colectivos para alternativas de comunidades intencionais de partilha de casa entre pessoas com interesses semelhantes poderá vir a contribuir para melhores condições habitacionais nas idades mais avançadas.

- As necessidades e as preferências habitacionais das pessoas mudam ao longo da vida, o que resulta numa grande diversidade nas interligações entre percursos individuais, as dinâmicas familiares e as trajectórias habitacionais. As diferenças entre os ritmos de crescimento dos preços da habitação e do rendimento levantam desafios acrescidos no acesso à habitação, com importantes implicações nas dinâmicas de saída dos jovens na casa dos pais, de (re)composição familiar e na mobilidade residencial. Não obstante, nas políticas de natalidade continuam ausentes instrumentos facilitadores do acesso à habitação.
- A combinação de factores que levou ao aumento das adversidades no acesso à habitação poderá até vir a fortalecer o contrato intergeracional de ajuda familiar na provisão de habitação com longa tradição no sistema residencial português. Contudo, tendo evidentes vantagens familiares, sociais e económicas, este familiarismo não deixa de perpetuar as clivagens sociais existentes, sendo infrutífero aos jovens

oriundos de famílias com baixos recursos ou sem rede familiar a quem recorrer, situação frequente, por exemplo, entre os imigrantes. Nesse sentido, a intervenção do Estado, que se tem intensificado desde 2018, terá um papel fundamental na garantia do direito à habitação.

Referências

- AASSVE, A., COTTINI, E. e VITALI, A. (2013) Youth prospects in a time of economic recession, *Demographic Research*, 29(36), pp. 949-962.
- ALVES, S. (2017). Poles Apart? A Comparative Study of Housing Policies and Outcomes in Portugal and Denmark. *Housing, Theory and Society*, 34(2), pp. 221-248.
- AZEVEDO, A. B., LÓPEZ-COLÁS, J. e MÓDENES, J. A. (2013). Population and home ownership in Europe: patterns of similarity and diversity through sociodemographic predictors. *Papers de Demografia* 421. Centre d'Estudis Demogràfics (CED-UAB).
- AZEVEDO, A. B. (2016). *Housing and Family Dynamics in Southern Europe* (tese de doutoramento, Universitat Autònoma de Barcelona). Disponível em: [https:// ddd.uab.cat/record/175857](https://ddd.uab.cat/record/175857).
- AZEVEDO, A. B. e BAPTISTA, M. I. (2014). Evolução das subpopulações. Em: M. L. B. (dir.). *Dinâmicas demográficas e envelhecimento da população portuguesa (1950-2011): evolução e perspectivas*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, pp. 82-107.
- AZEVEDO, A. B. NÉMETH, L. e BÁLINT, L. (2020). *Winter deaths in Hungary and Portugal, 1980-2017*. European Population Conference, 2020, Pádua, Itália, 24-27 de Junho de 2020.
- Banco de Portugal (2018). *Relatório de Estabilidade Financeira*. Lisboa: Departamento de Estabilidade Financeira.
- BANDEIRA, M. L., AZEVEDO, A. B., GOMES, C. S., TOMÉ, L. T., MENDES, M. F., BAPTISTA, M. I. e MOREIRA, M. J. G. (2014). *Dinâmicas e envelhecimento da população portuguesa (1950-2011): evolução e perspectivas*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

- CÂNDIDO e AZEVEDO (2019). *Devedores com crédito vencido dos empréstimos concedidos pelo setor financeiro a famílias*. Disponível em: <https://www.observatorio-das-desigualdades.com/2019/10/09/devedores-com-credito-vencido-dos-emprestimos-concedidos-pelo-setor-financeiro-a-familias-com-finalidade-habitacao/#>.
- CLARK, W. A. V. e DIELEMAN, F. M. (1996). *Households and Housing: Choice and Outcomes in the Housing Market*. New Jersey: Center for Urban Policy Research.
- Council of Europe Development Bank (2017). *Housing inequality in Europe Tackling inequalities in Europe: the role of social investment*. Disponível em: https://coebank.org/media/documents/Part_3-Inequality-Housing.pdf.
- GOMES, M. C. S. e MOREIRA, M. J. G. (2014). Dinâmicas demográficas do envelhecimento: análise retrospectiva e questões actuais. Em: M. L. B. (dir.). *Dinâmicas demográficas e envelhecimento da população portuguesa (1950–2011): evolução e perspectivas*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, pp. 111–168.
- GOMES, M. C. S., MOREIRA, M. J. G. e PINTO, M. L. R. (2017). Movimentos migratórios internos em Portugal (1995–2011): Caracterização exploratória considerando grupos de idades, níveis de habilitações e atividade. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 83, pp. 55–74.
- Grupo de Trabalho para a Monitorização e Avaliação (2018). *Relatório Inquérito aos Conceitos Utilizados e aos Sistemas Locais de Informação — 2018*. Grupo para a Implementação, Monitorização e Avaliação da Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2017–2023.
- GUERRA, I. (2011). As políticas de habitação em Portugal: à procura de novos caminhos. *Cidades, Comunidades e Territórios*, 22, pp. 41–68.

- GUERREIRO, M. D. e CAETANO, A. (2014). Pessoas sós em Portugal: evolução e perfis sociais. Em: A. Delgado e K. Wall (coords.). *Famílias nos censos 2011: diversidade e mudança*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística/Imprensa de Ciências Sociais, pp. 125-154.
- GUIMARÃES, M. H. M. E., BARREIRA, A. P. e PANAGOPOULOS, T. (2015). Shrinking cities in Portugal — Where and why. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, 40, pp. 23-41.
- HOLDSWORTH, C. (2000). Leaving Home in Britain and Spain. *European Sociological Review*, 16(2), pp. 201-222.
- Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (2018). *Levantamento Nacional das Necessidade de Realojamento Habitacional*. Disponível em: https://www.portaldahabitacao.pt/opencms/export/sites/portal/pt/portal/habitacao/levantamento_necessidades_habitacionais/Relatorio_Final_Necessidades_Realojamento.pdf.
- Instituto Nacional de Estatística (2012). *Censos 2011 Resultados Definitivos — Portugal*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- Instituto Nacional de Estatística (2013). *Retrato Territorial de Portugal. Edição 2011*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- Instituto Nacional de Estatística (2019). *Retrato Territorial de Portugal. Edição 2019*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- LEAL, J. (2004). El diferente modelo residencial de los países del sur de Europa: el mercado de viviendas, la familia y el Estado. *Arxius de Sociología*, 10, pp. 11-37.
- NUNES, C. (2014). Transformações familiares recentes: uma perspectiva territorial. Em: A. Delgado e K. Wall (coords.). *Famílias nos censos 2011: diversidade e mudança*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística/Imprensa de Ciências Sociais, pp. 87-124.

- PINTO, P. (2008). Urban social movements and the transition to democracy in Portugal — 1974–1976. *The Historical Journal*, 51(4), pp. 1025–1046.
- PIRES, R. P. (1999). O regresso das colónias. Em: F. Bethencourt e K. Chaudhuri (dir.), *História da Expansão Portuguesa*, vol. 5. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 182–196.
- WALL, K., CUNHA, V. e RAMOS, V. (2014). A evolução das estruturas domésticas em Portugal, 1960–2011. Em: A. Delgado e K. Wall (coords.). *Famílias nos censos 2011: diversidade e mudança*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística/Imprensa de Ciências Sociais, pp. 43–64.



Alda Botelho Azevedo é doutorada em Demografia. Presentemente, é investigadora auxiliar no Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa e professora auxiliar convidada no ISCTE. É ainda presidente do Conselho Fiscal da Associação Portuguesa de Demografia e membro do Conselho Directivo da Associação de Demografia Histórica. A sua investigação centra-se no estudo da demografia da habitação e do envelhecimento demográfico.

Infografias



Clique aqui para aceder
às infografias.

nesta coleção

Maria Filomena Mendes
como nascem e morrem os portugueses - ePub/PDF

Maria do Céu Machado
como crescem os portugueses - ePub/PDF

Luísa Canto e Castro Loura
como aprendem os portugueses - ePub/PDF

Pedro Brinca
como trabalham os portugueses - ePub/PDF

Fernando Leal da Costa
como adoecem os portugueses - ePub/PDF

Alda Botelho Azevedo
como vivem os portugueses - ePub/PDF

Susana Peralta
como gastam os portugueses - ePub/PDF

Pedro Graça
como comem os portugueses - ePub/PDF

Maria João Guardado Moreira
como envelhecem os portugueses - ePub/PDF

Fernando Alexandre
como são os portugueses - ePub/PDF

Nos dez anos da Pordata e dos Ensaios da Fundação

os portugueses

**Uma colecção para conhecer o país
e a sua gente.**

Com base em fontes de informação estatística de acesso livre, este livro apresenta uma perspectiva sobre como vive, no século XXI, a população residente em Portugal, centrada na distribuição territorial, nas condições habitacionais, nas interligações entre percursos individuais, familiares e trajectórias habitacionais e nos recentes desafios que a habitação levanta às condições de vida dos Portugueses.



9 789899 004498

ISBN 978-989-9004-49-8